

## PROMULGAÇÃO

Comissão de redação  
conclui revisão de  
pontos polêmicospor Itamar Garcez  
de Brasília

Em dois dias de reuniões, a comissão de redação final mudou a nominata de seus integrantes várias vezes, realizou quatro sessões, a portas fechadas, avaliou dezenas de sugestões e modificou o texto aprovado no final do segundo turno em pontos importantes. Seus 26 integrantes voltam a se reunir na segunda e na terça-feira, quando, pela última vez, terão oportunidade de mexer no texto. Amanhã, às 18 horas, encerra o prazo regimental para que todos os constituintes apresentem sugestões de correção de linguagem ou ordenamento jurídico.

Abaixo, a relação das principais modificações realizadas pela comissão:

- Tabelação dos juros: a discussão mais importante da comissão. Transformando o texto de inciso em parágrafo, os constituintes reacenderam a discussão da auto-aplicabilidade do dispositivo. Juristas como José Afonso da Silva e Michel Temer garantem que no dia 6 de outubro o tabelamento entra em vigor. Para o líder do PMDB, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), quem vai decidir é a justiça. O deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE) diz que vai recorrer ao plenário.

- Mineração: o relator sugeriu a supressão da palavra "minas" do artigo que nacionaliza a mineração. A alegação é de que a expressão engloba os equipamentos das empresas. José Afonso, assessor especial da comissão, diz que a mudança foi desnecessária. A esquerda não gostou

e promete trazer a questão de volta, na segunda-feira.

- Imposto de Renda: o presidente, seu vice e os ministros de Estado vão pagar imposto, como todos os cidadãos.

- Ministério Público: uma omissão do segundo turno foi corrigida. O Ministério Público também terá a prerrogativa de propor projetos de lei, para a criação de cargos ou a regulamentação de estatutos, por exemplo.

- Militares: os direitos trabalhistas foram garantidos aos militares (13ª licença parteridade e maternidade, férias e salário família)

- Mandato: a duração do mandato das Mesas da Câmara, Senado e Congresso Nacional será de dois anos.

- Estado de defesa: a expressão "calamidade natural" foi substituída por "calamidade de grandes proporções na natureza". A expressão foi sugerida por Haroldo Campos (PC do B/BA). Os constituintes querem ter certeza que, em caso de acidentes como o de Chernobyl, ocorrido na URSS, em 1986, o estado de defesa possa ser decretado.

- Novos estados: o desmembramento de novos estados será feito por legislação complementar e não por decreto legislativo. A lei depende de quorum maior, além da sanção presidencial. O decreto é competência exclusiva do Congresso.

- Distrito Federal: a posse dos bens do DF será regulamentada em lei ordinária.

- Vereadores: cidades com mais de um milhão de eleitores terão, no mínimo, 42, e, no máximo, 55 vereadores.

## Prazo para sugerir acaba amanhã

por Itamar Garcez  
de Brasília

Sábado, dia 17, às 18 horas. Este é o último prazo regimental para os parlamentares apresentarem sugestões ao texto final da Constituição. O secretário-geral da mesa da Constituinte informa que, depois disso, apenas os 26 membros da comissão de redação final poderão alterar o texto. Assim mesmo, como vem frisando o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), presidente da Constituinte, "nenhuma mudança de mérito poderá ser feita".

Com a publicação do resultado da primeira etapa dos trabalhos da comissão, os constituintes têm hoje e amanhã para apresentar suas sugestões. No domingo, a gráfica do Senado publica tudo o que for sugerido, distribuindo as propostas aos membros da comissão, que, na segunda e na terça-feira, se reúnem pela última vez. Nesses dois dias, além de analisarem e votarem o que for proposto pelos constituintes, os inte-

grantes da comissão analisarão as modificações de linguagem apresentadas pelo filólogo Celso Cunha.

O resultado dessas sessões (na verdade, o texto na nova Constituição) será publicado no Diário Oficial da Constituinte. No dia 22, uma sessão plenária votará globalmente todo o texto. Aos constituintes será dado o direito de aprovar ou rejeitar o produto final dos dezoito meses de trabalho da Constituinte.

PRAZOSERÁ  
CUMPRIDO

A garantia do cumprimento desse cronograma foi dada por Ulysses, para quem "as datas serão cumpridas como planejadas". Ontem, ele negou outra vez a possibilidade de adiamento dos trabalhos como forma de compatibilizar os confrontos existentes dentro da comissão de redação. O PFL, por exemplo, promete levar a questão do tabelamento dos juros ao plenário, para garantir que o parágrafo volte a ser incluído, retardando a sua aplicação até a elaboração de

lei complementar. "O doutor Ulysses não pode resolver essa questão sozinho", afirmou o deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE).

Como resposta à intenção de Oliveira, Ulysses disse que cumprirá o regimento interno. "Eu vou colocar em votação o texto final. Não existe votação de artigos em separado", avisou. "Vocês já viram eu colocar em votação o texto de projeto?", perguntou, irônico. Para ele, "não houve modificações de mérito", mas apenas "ajustamentos". Por isso, não há necessidade de nova votação, como querem o deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) e o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA).

Para eles, várias questões de mérito, que alteraram o conteúdo das votações do segundo turno, foram feitas pelos membros da comissão. Assim, como o regimento prevê que todos os dispositivos precisam ser votados duas vezes, a forma seria uma nova rodada de votações. O senador Fernando Herni-

que Cardoso (PSDB-SP), contrário a essa intenção, diz que "a ideia é muito ariscada". Paulo Delgado, deputado pelo PT de Minas

Gerais, vai mais longe e denuncia uma tentativa de retardar a promulgação. A intenção de Passarinho foi qualificada pelo petista co-

mo "democratismo excitado". Apesar das críticas, as lideranças qualificaram como positivo o saldo dos trabalhos da comissão.

Celso Cunha faz 290  
sugestões e agradapor Itamar Garcez  
de Brasília

A partir de segunda-feira, dia 19, os membros da comissão de redação final começarão a analisar as 290 sugestões do filólogo Celso Cunha, assessor especial dos trabalhos finais da Constituinte. Um volume com mais de 200 páginas contém, lado a lado, o texto do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) e as sugestões do filólogo. "Ele melhorou sensivelmente o texto", aplaudiu o líder Nelson Jobim (PMDB-RS). "Ele abriu o texto, que ficou mais escorreito, limpo", continuou.

Essa análise também pertence a outros líderes. O deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), presidente da Constituinte, mesmo sem conhecer o trabalho do profissional que ele mesmo convocou, elogiou. Lembrando o "renome" de Cunha, Ulysses disse que "deposita grande esperança no seu trabalho". No PFL, o deputado Inocêncio de Oliveira (PE) garantiu que Cunha "aprimorou o texto, mas modificou muito pouco".

Ontem, várias lideranças começaram a analisar o projeto do filólogo. No PTB, os assessores do deputado Gastone Righi (SP) sublinhavam todas as mudanças acrescentadas ao texto do relator, para facilitar a leitura dos deputados. No PMDB, Nelson Jobim e o deputado Michel Temer (PMDB-SP) traba-

lhavam juntos na análise das alterações.

Cunha fez várias mudanças, consideradas, na primeira leitura, de aprimoramento. No artigo 45, que trata do Congresso Nacional, por exemplo, ele eliminou um advérbio, invertendo o texto. Assim, o texto original "a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos em cada estado e território e no Distrito Federal, através do sistema proporcional" foi alterado na segunda parte para "...eleitos, pelo sistema proporcional, em cada estado, em cada território e no Distrito Federal". Mais adiante, no artigo 216, que trata do decreto, Cunha sugere que o parágrafo primeiro seja desmembrado em dois.

Pelo acordo dos membros, apenas os pontos destacados serão apreciados. Os outros serão automaticamente aprovados. Michel Temer propõe que o texto do artigo que trata dos tribunais e juizes dos estados seja mantido como elaborou o relator. No parágrafo quarto, Cunha propõe que a expressão "os policiais militares e bombeiros militares" seja mantida, ao contrário da sugestão que quer "os policiais e os bombeiros militares". De qualquer jeito, Temer admite discutir essa e outras alterações em plenário, com os demais membros da comissão. "A linguagem dele, de forma geral, está muito esclarecedora", avaliou o deputado.

Anistia bancária dará  
prejuízo de US\$ 690 milhõespor Maria Clara R.M. do Prado  
de Brasília

Com base na definição da Constituição, consagrando no texto da nova Carta a anistia a dívidas assumidas durante o Plano Cruzado por pequenos produtores rurais e por mini e pequenos empresários, o governo refez seus cálculos e concluiu que a decisão vai representar para o Tesouro Nacional e para as instituições bancárias um prejuízo global de US\$ 690 milhões.

O levantamento feito pelo Banco Central (BC) já se encontra nas mãos do ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, e levou em conta a cotação de CZ\$ 307,38 por dólar

norte-americano. Ao Tesouro Nacional coube o maior prejuízo em razão de operações de crédito desenvolvidas em seu nome pelo Banco do Brasil.

Em moeda nacional, as perdas totais da medida foram avaliadas em CZ\$ 212,26 bilhões, distribuídas da seguinte forma: o Tesouro Nacional fica com um "rombo" a ser coberto no valor de CZ\$ 96,3 bilhões; os bancos oficiais têm prejuízo de CZ\$ 59 bilhões, enquanto para os bancos privados — praticamente todos de capital nacional, já que os bancos estrangeiros não emprestam normalmente a pequenos tomadores — a anistia traz perda de CZ\$ 46,7 bilhões.

## A programação da festa

A mesa diretora da Assembleia Nacional Constituinte reúne-se nos próximos dias para definir a programação a ser desenvolvida no dia 5 de outubro, por ocasião da promulgação da nova Constituição brasileira. Segundo o primeiro secretário da Constituinte, deputado Marcelo Cordeiro, há algumas propostas

para a solenidade, mas a definição sobre o ato só será tomada durante a reunião da mesa. A informação é da agência oficial Radiobrás.

De acordo com Marcelo Cordeiro, como momento supremo do Parlamento, a Constituinte está preparando uma festa para exaltar o Poder Legislativo.